

TERRITÓRIO E PODER EM MICHEL FOUCAULT: PROPONDO UM DIÁLOGO COM A GEOGRAFIA¹

Territorio y poder en Michel Foucault: Propondo un dialogo con
la geografia

Territory and power in Michel Foucault: Proposed a dialogue with
geography

RESUMO

Este artigo pretende estabelecer um diálogo com a obra de Michel Foucault no sentido de se buscar esclarecer o sentido dado pelo autor ao conceito de Território - relacionado diretamente à construção de relações de poder- compreendendo algumas das influências de seus escritos na produção geográfica, em especial a brasileira. Pautado na arqueologia do saber e na genealogia do poder, o autor analisa a construções históricas das estruturas de poder e de controle/vigilância nas sociedades modernas, dando especial destaque à dimensão espacial dos processos sociais, deixando um legado importante, que perpassa a obra de geógrafos brasileiros e estrangeiros.

Palavras-chave: Foucault; Geografia; poder; território.

RESUMEN

Este artículo pretende establecer un diálogo con la obra de Michel Foucault en el sentido de buscar esclarecer el sentido dado por el autor al concepto de Territorio-relacionado directamente a la construcción de relaciones de poder- comprendiendo algunas de las influencias de sus escritos en la producción geográfica, en especial la brasileña. Apoyado en la en la arqueología del saber y la genealogia del poder, el autor analiza las construcciones históricas de las estructuras de poder y control / vigilancia en las sociedades modernas, dando especial énfasis a la dimensión espacial de los procesos sociales, dejando un legado importante que atravies a la obra de geógrafos brasileños y extranjeros.

Palabras-clave: Foucault; Geografía; el poder; territorio.

ABSTRACT

This article intends to establish a dialogue with the work of Michel Foucault in order to clarify the meaning given by the author to

Lucas Labigalini Fuini

Professor de Ensino Básico,
Técnico, Tecnológico e Superior
do Instituto Federal de São Paulo
(IFSP), Campus de São João da
Boa Vista

lucasfuini@ifsp.edu.br

Artigo recebido em:

06/03/2018

Artigo publicado em:

28/11/2018

1 - O presente trabalho é resultado de pesquisas e discussões coletivas envolvendo o pesquisador principal, pesquisadores associados e bolsistas de treinamento técnico no âmbito do projeto regular da FAPESP (Processo n. 2015/17945-3), "Território e geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico".

Lucas Labigalini Fuini

the concept of Territory - directly related to the construction of relations of power - including some of the influences of his writings on the geographical production, in particular the Brazilian. Based on the archeology of knowledge and the genealogy of power, the author analyzes the historical constructions of power and control / surveillance structures in modern societies, with a special emphasis on the spatial dimension of social processes, leaving an important legacy that permeates the work Brazilian and foreigners geographers.

Keywords: Foucault; Geography; power; territory.

INTRODUÇÃO

Abordar a obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) é uma tarefa ao mesmo tempo possível e complexa. Possível, pois, em sua vasta bibliografia, encontramos escritos filosóficos sobre uma grande amplitude de temas (Estado, Território, Política, Sexualidade, História), vinculados ao fio condutor dos métodos analíticos da genealogia do poder e da arqueologia do saber (Foucault, 2009, 2014). Seria um dos pensadores franceses contemporâneos mais potentes, não apenas pela sua produção teórica, mas, sobretudo, pelo modo de conceber e afirmar uma posição intelectual (Castro, 2016).

Nascido em Poitiers (centro-oeste da França), em 1926, Foucault, de acordo com o *Livro da Filosofia* (Buckingham et. al, 2011), “concentrou-se no modo como nosso discurso (como pensamos e falamos sobre as coisas) é formado por um conjunto de regras, em grande parte, inconscientes e fixadas pelas condições históricas em que nos encontramos” (p. 302). Associado à uma tradição de área da epistemologia, prosseguindo em uma perspectiva hermenêutica, que vem de

Immanuel Kant e que passa por Friedrich Nietzsche, Foucault propõe uma arqueologia do discurso e do saber que embasa o estudo histórico sobre as origens do poder e das formas de controle, a genealogia do poder.

A genealogia estaria diretamente vinculada ao projeto de inscrição dos “saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição de luta contra a coerção de um discurso unitário, formal e científico” (Foucault, 2014, p. 269/270). Deixando transparecer sua vertente política e militante, sobretudo a partir de fins dos anos de 1960, o autor vai de uma ênfase inicial na epistemologia do conhecimento para estudos mais centrados nas instituições de controle e vigilância e sua dimensão na regulação do tempo e do espaço. Assim, a questão do poder e sua construção social e espacial histórica passa a ser o cerne de seu discurso.

O poder é uma relação de força que existe em ação, um exercício e não uma relação de troca, podendo ser tratado



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

como ato jurídico, de soberania política, de relações de produção, ou mesmo de dominação de classe. Na mesma obra, original de 1979 (Microfísica do poder), o autor assume o poder como aquilo que não pode ser dividido entre aqueles que o detém exclusivamente e os que não o possuem. Deve ser analisado como algo que circula e funciona em cadeia e em rede, sendo o indivíduo um efeito desse poder. A análise do poder deve partir dos mecanismos infinitesimais, moleculares, compreendendo-se sua história, percurso, técnicas e táticas, até se caracterizado como foram desdobrados em formas de dominação global.

Em palestra proferida no Brasil, em 1974, e intitulada “*O nascimento do hospital*”, Foucault busca verificar como a administração hospitalar, na Europa do século XVII-XVIII, foi organizada com base em uma tecnologia política e militar chamada “disciplina”. O efeito principal dessa disciplina, à luz da reorganização administrativa e política do hospital militar, foi um novo esquadramento do poder no espaço. Os mecanismos disciplinares deixam de se manifestar em estado isolado e fragmentado, como nos tempos antigos dos mosteiros da Idade média, tornando-se uma técnica de gestão e controle dos homens e suas multiplicidades, como parecia ser nas grandes oficinas emergentes, nos quartéis do Exército e nas escolas. Assim, um dos primeiros momentos da organização do controle disciplinar seria pela “arte da distribuição espacial dos in-

divíduos” para que sua eficácia seja máxima. “A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (Foucault, 2014, p.181).

Ao proceder a um estudo lógico do conhecimento, Foucault define sua *episteme*, em um primeiro momento, segundo Castro (2016), de uma forma monolítica, como em *As palavras e as coisas* (2000 [1966]), identificada com a arqueologia do conhecimento, da sexualidade, da imagem, da ética e do saber político, ou seja, uma totalidade cultural. Ou aborda o conhecimento proposto de uma forma mais aberta e plural, como em *Arqueologia do saber* (2008 [1969]), em que o identifica com noções como formação discursiva, enunciado, arquivo, e vai dando espaço, gradativamente, aos conceitos de dispositivo e prática.

Além de seu olhar horizontal sobre os diferentes domínios do saber, interessou muito à geografia renovada sua análise da questão do poder e da ética. Sua vida como militante, desde a revolta dos estudantes de Paris de 1968, as chamadas barricadas do desejo (Matos, 1989), e sua inesperada aproximação com Sartre, fortaleceram o interesse e fascínio pela obra de Foucault dentro da Geografia, considerando sua forte conexão com certa geografia política e social crítica, de base marxista (Moraes, 1987). No entanto, não podemos esperar em Foucault uma obra completa de Geografia. Seu trabalho já era

bem conhecido e razoavelmente utilizado quando da eclosão da Geografia crítica ou radical nos anos de 1970, nos Estados Unidos e Europa ocidental.

No entanto, foi em uma entrevista ao prestigioso periódico *Herodóte*, em 1976, que um diálogo com um público mais amplo da ciência geográfica foi estabelecido, uma vez que as perguntas proferidas, inicialmente causadoras de certo tipo de atrito ou estranheza, foram no seu devir levando Foucault a investigar na epistemologia de sua obra pontos de contato com os estudos geográficos. E, assim, dois elementos ficaram marcantes, na entrevista, para a construção de um diálogo geofilosófico: *a)* quando questionado sobre a relação entre micropoderes locais, como o da administração carcerária através do *pan-optismo* e os poderes centralizadores do Estado, Foucault analisa essa organização do poder em termos espaciais, uma mescla de centralização e regionalização/descentralização, tratando do controle espacial como um tipo de exercício que veicula o poder; *b)* ao confirmar que os problemas colocados pela leitura geográfica, sobretudo a geopolítica multiescalar, são essenciais em sua obra, sobretudo no entendimento das táticas e estratégias de poder que se desdobram em implantações, distribuições, recortes e controles de territórios.

Desse modo, a obra foucaultiana passa a influenciar muito aqueles que estudaram a relação sociedade-espaco-poder na Geografia do último quar-

tel do século XX, com efeitos ou caminhos diferentes, desde um interesse na análise discursiva, passando pelas analogias com as estruturas disciplinares especializadas, veiculada com o território e sua gestão e organização (territorialidades), até a busca das heterotopias vinculadas às sexualidades e comportamentos desviantes e grupos oprimidos e minorias (Foucault, 2009 [1970]).

Posto isso, esse artigo se baseia em um estudo analítico e qualitativo, descritivo e comparativo das interfaces da obra foucaultiana com o pensamento geográfico contemporâneo. O estudo está sistematizado, desse modo, em quatro partes centrais: a primeira, a tratar da análise dos mecanismos de vigilância e punição que configuram um modelo de ordenamento espacial do movimento chamado de panoptismo, tipo de poder microfísico ou molecular que inspira concepções de territorialidades políticas e econômicas baseadas na vigilância total; o segundo, a tratar da esfera biopolítica e da evolução da concepção de território historicamente, desde mecanismos de soberania até os de segurança; a terceira, a abordar uma geopolítica dos outros espaços, dos espaços desviantes ou alternativos das chamadas heterotopias; e a quarta e última, dividida em duas partes, a trabalhar com as referências à Foucault presentes na produção geográfica renovada, de 1970 em diante, com impactos na discussão territorial contemporânea no Brasil.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Vigiar e punir: a microfísica do poder e o espaço

Parte considerável da obra autoral de Foucault visa desvendar o funcionamento e os efeitos dos mecanismos e tecnologias de poder sobre os corpos dos indivíduos. Essas tecnologias políticas de poder revelariam sua eficácia através de formatos específicos de organização do espaço. Assim, emerge uma concepção de espaço, na obra foucaultiana, que está envolto nas relações de poder.

Sua obra passa a adquirir, portanto, uma crescente preocupação, não somente com a análise das instituições hospitalares, de isolamento (Ex.: asilos) e encarceramento em seus aspectos clínicos e jurídicos, mas avança também para a compreensão dos efeitos espaciais do poder, ou seja, das formas de organização e arquitetura espacial em que os mecanismos punitivos ganhariam em eficiência como ferramentas de controle e vigilância (Foucault, 2013 [1961], 1996 [1975], 1999 [1976]).

A obra *História da Loucura na Idade Clássica*, de 1961, foi uma das primeiras injunções foucaultianas na análise espacial do poder. Os chamados loucos, ou a-sociais, incluindo aí os leprosos, desde o século XIV, tiveram sua circulação espacial controlada com o fim de serem afastados e excluídos do convívio social. Inicialmente eram colocados na prisão ou levados por mercadores e marinheiros para outras cidades visando purificar a cidade originária.

No contexto de abordagem

da loucura na sua relação com a razão nos séculos XVI e XVII (**Quadro 1**), tanto como uma forma relativa como uma forma própria de razão, surge o internamento, um tipo de isolamento social inicialmente associado à uma questão de polícia e de ordem social e, posteriormente, passa a ser visto em sua utilidade social com a ocupação e trabalho compulsório dos internos. Assim, assume uma perspectiva ética, já que o ócio era visto como sinônimo de preguiça e revolta. Envolvidos na proscricção da ociosidade, ao lado dos pobres e ociosos, bons e maus, voluntários e involuntários, aqueles classificados pela loucura são condenados, nos séculos XVIII-XIX, ao isolamento social em asilos e hospitais gerais, ocupando o lugar dos leprosários na geografia dos lugares assombrados, um lugar de coação moral vinculado a uma disposição administrativa da lei civil.

Em suma, nesse primeiro estudo de monta, o autor conclui que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber (Foucault, 2008), ou seja, aquilo que ocorre com a reforma das instituições para loucos no século XVIII é uma nova segregação sócio-espacial no interior da antiga (internamento), definindo uma nova pátria ou morada para a loucura. Na Idade moderna, a vigilância e o controle dos “a-sociais” ou “indesejáveis” passa a ter clara conotação de uma tecnologia de poder espacial. Assim, a loucura se confunde com a solidão, isolamento da comunidade confusa das casas e, internação, configurando-se um tipo de zona neutra ou vazia.

QUADRO 1: Visões espaciais da Loucura em Foucault

Consideração do internamento	Definição espacial ou topológica
Associação de loucura e desatino	Internamento como lugar privilegiado onde a loucura encontra sua verdade
Asilo de caráter médico e consideração do direito de exprimir-se	Espaço intransponível, ao mesmo tempo, lugar de manifestação e espaço de cura
Loucura como direito de exprimir-se e ser ouvido	Elaboração de um olhar externo de controle que torna o interno um objeto puro
Loucura como sujeito psicológico da paixão, violência e crime	Mundo não coerente de valores e má consciência (reputação)/Reclusão e marginalização
Loucura como verdade psicológica (determinismo irresponsável)	Divisão espacial das formas de loucura e tratamento vinculadas ao juízo moral (alienado na forma moderna da doença).

Fonte: *História da Loucura* (2013 [1961]).

Em *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões (1996 [1972]), Foucault avança sobre a compreensão das instituições prisionais e a evolução de um sistema inicialmente pautado em suplícios e admoestações físicas, em direção a sofisticados mecanismos de vigilância e controle disciplinar, as tecnologias de poder que atuam nos corpos e que tem nas prisões modernas seu principal exemplo. Foucault (1996) refere-se à microfísica do poder, ao tratar da tecnologia política do corpo, um saber que visa o controle sobre forças corpóreas. De difícil localização, essa microfísica do poder se refere a uma estratégia de ação dos aparelhos e instituições, parecendo não ser uma mera relação de apropriação ou propriedade, mas pautada em disposições, manobras, táticas, técnicas e procedimentos, apoiando-se nos pontos em que alcança. “[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é privilégio adquirido ou conservado pela classe dominan-

te, mas efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (idem, p. 29). Essas relações e mecanismos, afirma o autor, não são únicos, definindo pontos de luta, focos de instabilidade, “comportando riscos de conflitos, lutas e inversão da relação de forças” (ibidem, p. 29).

Desse modo, o autor passa a abordar as tecnologias políticas do corpo na história, tratando dos mecanismos de punição de crime e das prisões. Assim, chega ao campo de construção dos mecanismos disciplinares que se referem, primordialmente, à distribuição dos indivíduos no espaço, por meio de quatro estratégias: *a)* a cerca que constitui um local heterogêneo dos outros e fechado em si, uma monotonia disciplinar, como os colégios e quartéis; *b)* as localizações imediatas ou quadriculamentos que dotam o espaço disciplinar de parcelas individualizantes que facilitam o controle sobre corpos, evitando circulações confusas e aglome-

rações, associando isolamento e localização; *c*) codificação de um espaço livre e ponto para vários usos, lugares para satisfazer a necessidade de utilidade médica, econômica etc; *d*) definição dos elementos no espaço disciplinar cuja unidade não é nem o território e nem o local, mas a posição na fila, um lugar ou posição que se ocupa em uma classificação. Desse modo, as disciplinas criam espaços complexos, organizando “celas”, “lugares” e “fileiras”, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos (Foucault, 1996).

O modelo ou tecnologia de poder espacial, síntese da análise foucaultiana do sistema prisional, é o *Panóptico*, modelo criado pelo filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham (1748-1832). Esse tipo de figura arquitetural e fisionômica de composição de poder se dá por meio de táticas que propõem, ao mesmo tempo, a universalidade dos controles disciplinares e as disciplinas individualizantes. Esse modelo é a personificação do contexto dos séculos XVI-XVII, em que houve tentativas de controlar a expansão da peste em território francês, instalando-se o policiamento espacial estrito, com fechamento da cidade e da terra (espaço), com acompanhamento constante, alerta em toda parte por meio dos corpos de milícia, com vigilância apoiada em um sistema de registro permanente para apuração dos doentes, mortos e purificação das casas. Esse exemplo da cidade pestilenta, marcada pela hierarquia, vigilância, olhar e documenta-

ção, cidade imobilizada no funcionamento do poder a todos os corpos, um espaço fechado, recortado, vigiado e cujos movimentos, até os menores, são controlados, passou a ser tratado como modelo de cidade bem governada.

O panóptico (ou *panoptikon*) foi aplicado como modelo de arquitetura de presídios através de uma construção em anel, com uma torre no centro, vazada de janelas largas que se abrem sobre a face interna; a parte periférica está dividida em celas com janelas dos dois lados, permitindo a entrada da luz externa e observância do movimento das silhuetas a partir da torre. Esse dispositivo organiza unidades espaciais, permitindo vigilância incessante e reconhecimento imediato, visando garantir a ordem e controlar as massas em situações de encarceramento. Busca induzir no detento (alvo ou objeto de controle) um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o “funcionamento automático do poder” (ibidem, p. 177).

Esse modelo, como máquina de ver ou câmara de espionagem dos indivíduos, pode ser colocado em analogia a todo o corpo social, podendo ser tratado como laboratório ou diagrama de poder levado em sua forma ideal, uma tecnologia política ou programa disciplinar que permite aperfeiçoar e amplificar o exercício do poder, já que automatiza e desindividualiza o poder. Potencializa, desse modo, as forças sociais já que pode servir para aumentar a produção nas fábricas e de-

envolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública, fazer crescer e multiplicar.

Dois processos mais profundos definem essa sociedade disciplinar: *a)* a inversão funcional das disciplinas, com uso da disciplina para produzir indivíduos úteis, disciplina que não somente visa apunção de roubos e violência, mas também estimular as aptidões, velocidades e rendimentos; e; *b)* a estatização dos mecanismos de disciplina, com o controle político e econômico associado ao aparelho do Estado.

A sexualidade passa a ser também objeto de análise do autor na trilogia *História da sexualidade* (I – a vontade saber; II – o uso dos prazeres; III – o cuidado de si), de 1976. Ainda na linha de investigação do uso dos dispositivos disciplinares sobre os corpos dos inválidos, carcerários e homossexuais e seus espaços, bloqueio de enquadramento, Foucault (1999) identifica um regime de poder-saber-prazer que o leva a compreender como o poder penetra e controla o prazer cotidiano, com efeitos negativos, como recusa e desqualificação, ou produzindo efeito contrário, com a incitação, intensificação e o polimorfismo do poder, gerando uma associação com uma vontade de saber.

Para o autor, a partir do século XIX (a era vitoriana) a sexualidade é encerrada e cercada de pudicícias, e passa a ser confiscada no espaço social da família conjugal como o único lugar de sexualidade reconhecida, utilitária e fecunda: o quarto

dos pais (Foucault, 1988). As sexualidades ilegítimas, como os pontos de encontro da prostituta com o cliente/rufião, as casas de saúde com o psiquiatra e sua paciente, são excluídas ou despejadas para outros lugares onde não incomodem e onde possam ser reinscritas, ao menos no circuito do lucro.

Foucault (1988) aborda a questão das sexualidades múltiplas, e um dos seus elementos definidores - além da questão etária e dos gostos, práticas e relacionamentos difusos, são os espaços ou territorialidades específicas, como o lar, a escola, o confessionário, a prisão. Esses comportamentos poliformos, segundo o autor, foram extraídos do corpo dos homens e seus prazeres mediante múltiplos dispositivos de poder. Ao mesmo tempo, portanto, em que se definem leis naturais da matrimonialidade e regras iminentes da sexualidade, com a severidade dos códigos, afigura-se um mundo e espaços da perversão onde se expressam as sexualidades periféricas, como é o caso da definição histórica de sexualidade, da perspectiva da perversão sexual para uma classificação biológica de androgenia ou hermafroditismo. O autor afirma que a sociedade do século XIX não inventou a sexualidade, mas organizou-a em grupos múltiplos conforme seus espaços e a sexualidade circulante.

Biopolítica: segurança e população no/do território

A biopolítica ou poder biopolítico seria o mecanismo de



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

controle direto da população que se sucede, ou se sobrepõe, ao controle disciplinar aplicado sobre os corpos e mediado por instituições, como o Estado. O quadro geral da biopolítica ou biopoder seria o liberalismo, emergente no século XVIII, da verdade econômica no interior da razão governamental, questionando os fundamentos da razão de Estado. A saúde, a longevidade e a naturalidade passam a ser definidos por processos econômicos, em uma forma de governamentalidade moderna que se pauta menos em limites formulados por jurisdição e mais por verificação, ou seja, um conjunto de regras que permitem definir se um discurso e seus enunciados são verdadeiros ou falsos. A autolimitação do Estado propõe transferir a outras instituições os métodos de transação do poder, como a constituição e o parlamento, a imprensa e a opinião e as comissões e inquéritos (Foucault, 2008 [1979]).

Biopoder com base em uma concepção de governo que abala a ideia de soberania e faz aparecer a população como um dado, um campo de intervenção e objeto da técnica de governo, isolando a economia como setor específico e ciência/técnica de intervenção (Foucault, 2014). Biopoder que se estabelece sob uma noção de meio histórico-natural como alvo de uma intervenção de poder (Foucault, 2008) que se coloca diferente da noção jurídica de soberania e território, diferente do espaço disciplinar.

A governamentalidade biopolítica é entendida, historicamente, como arte de governar pautada nos seguintes elementos (Foucault, 2014): a) instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer de forma específica e complexa o poder que tem por alvo a população, por saber a economia política e instrumentos técnicos os dispositivos de segurança; b) tendência, no mundo ocidental, da preponderância do tipo de poder de governo sobre outros, como o poder da soberania e da disciplina, criando aparelhos e saberes específicos; c) governamentalização dos modelos de Estado de justiça, vindo da Idade média e Estado administrativo do renascimento dos séculos XV e XVI.

Na obra síntese de cursos ministrados no Collège de France entre 1977 e 1978, denominada *Segurança, território e população*, Foucault apresenta da maneira mais direta e clara em toda sua obra uma concepção de território vinculado aos dispositivos de saber e poder historicamente construídos. Assim, o autor parte da proposta de emergência de mecanismos de segurança que não indicam uma substituição dos mecanismos jurídico-legais de soberania e os mecanismos disciplinares, mas, antes, trata-se de um aperfeiçoamento técnico em que se coloca a dominação relativa em uma correção ou edifício complexo de mecanismos. As técnicas de segurança se instalam e fazem

funcionar, no interior de sua tática, as técnicas jurídicas e elementos disciplinares. Envolve mecanismos de controle social e penalidades e mecanismos que tem por função modificar o destino biológico da espécie (Foucault, 2008).

Foucault (2008) identifica historicamente três tipos ou formas de relações de poder vinculadas a um espaço ou território determinado: “1°.) a soberania se exerce nos limites de um território em termos jurídico-políticos; 2°.) a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos; 3°.) e a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (p. 15-16). Essas definições não podem ser tratadas como absolutas já que envolvem multiplicidades. A soberania envolve a multiplicidade de sujeitos em um território. A disciplina é exercida sobre o corpo dos indivíduos em dispositivos penais, militares e escolares, mas como modo de recortar a multiplicidade e estabelecer um ponto de implantação, e não como matéria-prima.

A relação entre cidade e território é usada por Foucault como exemplo das mudanças das concepções territoriais conforme se dá a evolução dos mecanismos de poder. A soberania vinculada à localização da capital, suas funções e o controle sobre o território, comparando a visão de cidade como macrocosmo pela categoria mais global de território, e a visão microcós mica da cidade pensada em seu interior, como figura geométrica ou

módulo arquitetônico. A disciplina, por sua vez, trabalha em um espaço vazio, artificial e que vai ser construído, visando arquitetar, ordenar e capitalizar um espaço como multiplicidades artificiais organizadas pelo princípio da hierarquização, comunicação e distribuição, como o comércio, as moradias etc. Já, a segurança se apoia em dados materiais, em relação à disposição do espaço, com o escoamento da água, com o ar, topografia. Trabalha-se não somente com dados naturais, mas com quantidades e inventários e o planejamento das polifuncionalidades dos espaços urbanos, um planejamento dinâmico e não estático. O autor cita que a gestão de séries abertas - com as estimativas de probabilidade -, caracterizam os mecanismos socioespaciais da segurança, especificando: a seriação em relação aos elementos que se deslocam e as unidades que se acumulam.

Sobre as Heterotopias e seus espaços/territorialidades

Foucault (2009 [1994]) destaca que é na segunda metade do século XIX, através de estudos iniciais da Física e da Termodinâmica, que se define a época ou momento do espaço. Afirmo o autor, em *Ditos e Escritos*, obra dos anos de 1960, que estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso” (p. 411). Colocando-se além da defi-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

nição de espaço como lugar de localização, de posicionamento e distribuição, o autor evidencia espaços ainda não totalmente dessacralizados em termos práticos.

O autor prossegue, com base em Gaston Bachelard (1884-1962), afirmando que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas sim em um espaço carregado de qualidades, um espaço que pode ser transparente ou obscuro, alto ou baixo, fixo ou corrente. Mas o que deteve sua análise não são os espaços de dentro, mas sim os espaços de fora, projetados para fora de nós mesmos, de nossa história e tempo, um espaço que nos corrói e é, em si mesmo, um espaço heterogêneo.

Analisando o conjunto de relações que definem certo posicionamento e localização relativa, Foucault diferencia os lugares reais, efetivos, definidos na própria instituição da sociedade, em relação às utopias ou posicionamentos sem lugares reais. Em um ponto intermediário ou tangente entre esses dois tipos de lugares, o autor situa as heterotopias, os contrapositionamentos ou utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais podem se encontrar no interior da cultura na qual estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos. São lugares localizáveis e que estão fora de todos os lugares, pelo menos dos lugares oficiais.

O autor concentra sua atenção nas heterotopias que poderiam chamar de desvios:

aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida. Como exemplos, temos as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões, áreas de prostituição, que estão de qualquer forma no limite da heterotopia de crise e da heterotopia de desvio, já que, afinal, a velhice é uma crise e a ociosidade constitui uma espécie de desvio, pois, a dicotomia trabalho e/ou lazer é a regra.

A obra filmográfica “*Foucault por ele mesmo*” (*Foucault par lui-même*, 2003) inicia-se com falas do autor (retomando conferência ministrada em 1967), com um fundo mostrando imagens de Miami e seus hotéis e hotéis-resorts ostentação. Foucault (2003) afirma, no filme, que sonha com uma ciência que teria como objeto de estudo os espaços diferentes, espaços e lugares outros ou contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria as heterotopias e se chamaria heterotopologia. Trataria dos lugares reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à norma, tal como as margens ou praias vazias).

Outros pontos da heterotopologia foucaultiana são:

a) heterotopias funcionam de maneira muito diferente conforme o interior da sociedade e cultura com as quais estejam em sincronia. Heterotopias podem justapor em um só lugar vários espaços, vários posicionamentos incompatí-

veis (diferentes concepções ou territorialidades dentro do mesmo espaço);

b) heterotopias estão ligadas a certos recortes de tempo por simetria, as heterocronias, situações em que os homens se encontram em ruptura com o tempo tradicional (ex.: bibliotecas e museus) e há também heterotopias que não decorrem da acumulação do tempo, mas sim naquilo que tem de fútil, passageiro e precário, como as festas. Há também heterotopias semi ou quase crônicas, como as cidades de veraneio, em que se misturam elementos da festa e da eternidade do tempo, como as tradições e elementos típicos do lugar;

c) as heterotopias têm, em relação ao espaço restante, uma função. Ou criam um espaço de ilusão ou um espaço de compensação, perfeito, meticulosamente organizado e arrumado em relação ao nosso.

Considerando que a definição de espacialidade está diretamente estruturada por relações de poder, um tipo de compartimento do poder, podemos aqui tratar da construção de territorialidades à maneira de Foucault. Retomemos um trecho da compilação “*Segurança, território e população*”. Nela o autor emprega os termos ‘território’ e ‘espaço’, suscitando aquilo que podemos denominar de vocabulário geoespacial foucaultiano (**Quadro 2**).

Território em uma visão mais tradicional ou geopolítica clássica, sendo o espaço dotado de limites onde se exerce a soberania. Já o espaço adquire uma conotação mais ampla

e pode ser qualificado pelos mecanismos de poder da soberania, da disciplina e da segurança. O território adquire uma conotação de base ou contexto onde se manifestam os diferentes espaços ou espacialidades de poder. Poder-se-ia falar, aí de territorialidades imersas na geografia foucaultiana. Na concepção foucaultiana, território assume uma fisionomia mais zonal e contínua, identificado com a ação do Estado. Já o espaço seria mais complexo, tendo nas sociedades disciplinares um caráter mais geométrico e, nas sociedades de segurança, um caráter mais relacional, descontínuo e polimorfo. O espaço também se reveste de uma pluriescalaridade,

Já, a territorialidade aparece em Foucault (2008) quando se referia ao componente espacial da ação do Estado, uma superfície ocupada. O autor discute que a territorialidade é uma noção jurídico-política que acompanha os modelos de Estado de justiça (de tipo feudal e apoiado nas leis, compromissos e litígios), administrativo (dos séculos XV e XVI, com uma territorialidade de tipo fronteira e que se baseia em regimentos e disciplinas) e de governo (governamentalização e governamentalidade do Estado), um modelo mais contemporâneo e que tem na territorialidade um elemento, sendo seu fundamento a massa da população controlada pelos dispositivos de segurança e que se utiliza da instrumentação do saber econômico.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

QUADRO 2: Vocabulário geo-espacial de Foucault

Conceitos	Definição
Espaço	Áreas ou extensões (maiores ou menores) onde se exerce o poderem suas diferentes dimensões. São os espaços disciplinares ou onde se implantam dispositivos de segurança (celas de presídios, salas de aulas, leitos de hospitais)
Espacialidade	Atributo do espaço. Aquilo que se refere à dimensão espacial do poder.
Território	Extensões jurisdicionais apoiadas em limites e fronteiras. Área de implantação do Estado-nação. Base na qual se expressam e se organizam diferentes espaços de poder
Territorialidade	Atributo ou e qualificação do território. Apoia-se na base estatal-territorial ou legal e contratual, mas no período de governamentalidade do estado pode adquirir um aspecto diferente, mais fluído e maleável às formas de esquadramento espacial do poder para controle da população.

Fonte: Foucault (2008, 2014).

Ao momento, é possível estabelecer uma visão foucaultiana embasada em experiências de controle social que trazem uma forte dimensão espacial. Seria um correlato às territorialidades e dimensões espaciais vinculantes às instituições disciplinares dos hospitais, hospícios e presídios, das microfísicas do poder sobre os corpos e da biopolítica das sociedades de segurança e suas territorialidades mais efêmeras e reticulares. Seriam territórios plurais e multidimensionais, de que trata Zambrano (2001) e Haesbaert (2004, 2014), em contraponto ao território zonal, fixo e unidimensional da concepção jurídico-política de soberania dos séculos XVI e XVII.

Evocando Michael Foucault na Geografia humana

Buscar a compreensão da diversidade e complexidade da influência da obra de Michel Foucault em uma certa área do saber científico seria um trabalho de monta e exaustivo que não caberia somente nesse ex-certo. O que pretendemos aqui é, após revelar um núcleo de pensamento geográfico-territorial na filosofia e epistemologia foucaultiana, fazer um breve panorama dessa influência em obras de autores geógrafos, sobretudo aqueles que abordaram o conceito de território e as territorialidades, longe de almejar afirmar ser um estudo definitivo sobre essa relação.

Diálogo com a Geografia internacional

A obra de Foucault tem sido crescentemente usada como fonte de consulta por geógrafos do mundo ocidental. A ferramenta de pesquisas *Google acadêmico* (*Google scholar*) indica a presença de 180 mil documentos com a presença dos termos “Foucault” e “Geografia” em língua inglesa, 2.780 resultados em Espanhol, 2.620 em Português e 2.200 resultados em Francês².

Paul Claval foi um dos pioneiros na Geografia a buscar a aproximação com a literatura foucaultiana. Na obra *Espaço e Poder* (1979 [1978]) o autor admite que a contribuição de Foucault permitiu avanços na reflexão sobre as relações entre poder e espaço e na possibilidade de se construir uma nova Geografia política. Focaliza as técnicas de controle e vigilância e explora os meios variados pelos quais o organismo social define uma pressão moral sobre seus membros, exercendo sobre eles uma inquisição mais ou menos permanente. “Assim, o poder que ele analisa não é simplesmente negativo; é repressão, certamente, mas também inovação, instituição de ordem nova” (Claval, 1979, p. 9).

Na análise da geometria ou espacialização das formas de poder, Claval dialoga com Foucault, em *Vigiar e Punir* (1996 [1973]), ao afirmar que o exercício do poder pode ser puro, baseado na força física, ou apoiado na autoridade e influência ideológica, supondo-se uma organização particular do espaço, com o controle dos movimentos de entradas e saída dentro de certo espaço. Nesse

sentido, Claval (2014) inclui Foucault na perspectiva da irrupção da era pós-moderna naquilo que denomina de virada ou ajuste espacial, destacando o significado filosófico dado ao tempo e o papel subalterno conferido ao espaço. Teria sido uma influência importante também na corrente pós-colonial com sua análise do poder e da cartografia do progresso europeu e da vigilância de novos territórios.

Raffestin (1993 [1980]) traz em sua renomada obra “*Por uma geografia do poder*” um propósito de superação da Geografia política clássica que passa pela aproximação com a obra foucaultiana. Diferencia, primeiramente, o Poder em maiúsculo, vinculado à soberania/autoridade do Estado, à lei e à dominação, e o poder em minúsculo que é parte intrínseca de toda relação e está presente nas fissuras sociais, nas relações de força, enfim, em todos os lugares. O autor replica as proposições de Foucault, presentes em *História da Sexualidade* (v. 1), de que poder não se adquire, antes se exerce através de vários pontos. Desse modo, as relações de poder são iminentes às relações econômicas e sociais; o poder vem desde baixo e não opõe dominador/dominado; as relações são intencionais e onde há poder há resistência. Além disso, Raffestin(2012) é tributário da concepção foucaultiana de trabalho como a origem do poder. Cada ator dispõe de uma parcela de poder através do trabalho de que é capaz.

Uma das obras mais popu-

2 - Essa pesquisa foi realizada no dia 08 de Setembro de 2018.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

lares a evocar uma geografia em/de Foucault foi “*Geografias pós-modernas*”, de Edward Soja (1993 [1989]). Na busca por construir uma análise crítica do historicismo, visando construir aquilo que chama de uma geografia humana crítica pós-moderna, apoiada no materialismo histórico e geográfico renovado, Soja (1993) afirma que Foucault desenvolveu uma carreira geográfica pós-moderna quase invisível, apoiando sua análise não em um espaço vazio e sem substância (o simples espaço de localização de Galileu), mas nas heterotopias, os espaços outros de uma espacialidade vivida e criada, simultaneamente concreta e abstrata, contexto das práticas sociais que permitem superpor em um único lugar real diversos espaços e locais que em si são incompatíveis (Foucault, 1986, apud Soja, 1993).

Em artigo de 1995, Soja aprofunda o empreendimento foucaultiano das heterotopias que se referem aos

[...] lugares existentes que são formados na constituição da sociedade como parte dos pressupostos da vida social. Ele os vê como um tipo de contraponto, um tipo de utopia legalizada na qual os locais reais e todos os outros locais reais podem ser descobertos dentro da cultura e são simultaneamente representados, contestados e investidos (Soja, 1995, p. 14).

Buscando promover uma espacialização da história, Foucault nos lembra, segundo Soja (1993), que o espaço é fundamental em qualquer forma de vida e exercício do poder esta categoria foi desvalorizada durante várias gerações por filósofos e críticos sociais, buscando na intersecção entre tempo e espaço e na compreensão da espacialidade das realidades dis-

cursivas perfazerem a análise dos efeitos correlatos de poder, associando história dos espaços à história dos poderes.

Philo (1992), em artigo denominado de “*Foucault’s geography*”, afirma que a geografia foucaultiana se interessa pelos espaços de dispersão que aparecem em sua arqueologia da história, com destaque para a geografia substantiva que nela emerge. A tese do autor é que uma verdadeira geografia humana pós-moderna foucaultiana reside na suspeita das certezas quanto à ordem, coerência, verdade e razão do conhecimento moderno. Assim, Philo (1992, p. 155-156) afirma que as relações espaciais discutidas ao longo da análise histórica de Foucault sobre a alteridade social podem ser mais bem compreendidas não como geometrias formais, “mas como geografias substantivas em que a geometria de relações cidade-campo na história da loucura ou a geometria dos planos-prisão na história da criminalidade é imediatamente prevista como sendo cheia de pessoas, problemas, ideologias, acontecimentos, resistências, ou tanto faz”.

S. Elden (2007, 2013), geógrafo britânico, tem sido, na atualidade, um dos nomes mais lembrados quando se busca compreender um argumento espacial ou territorial presente na obra de Foucault. Além do compêndio por ele editado, junto de Jeremy Cranpton, chamado *Space, knowledge and power: Foucault and the geography* (2007), obra das mais citadas nos meios digitais (531 citações), o autor busca o resga-

te da obra foucaultiana em seus nexos geográficos em artigos diversos.

Elden (2010) define melhor o tratamento que Foucault dá ao conceito de Território, ao indicar a obra “*Segurança, Território e População*” (2009) e a ampliação do sentido territorial de governança (ou governo do Estado) para governo das coisas e da população. Assim, avança-se da concepção de terra/terreno para a de território (e de pessoas para população), indo além do econômico (objeto da terra) e da ideia de terreno estático, se transformando em entidade vibrante em suas fronteiras, com qualidades específicas. Assim, território é mais que apenas terra, sendo definido tanto pelas estratégias que são aplicadas a ele, através do mapeamento, ordenação, medição, demarcação e circulação, quanto como representação do conceito de espaço como categoria política, espaço distribuído, calculado, delimitado e controlado.

Diálogo crítico com a Geografia brasileira

A geografia brasileira descobriu, ou melhor, dialogou tardiamente com a obra de Michel Foucault, mesmo quando o fez para criticar certos abusos e ilações não apropriadas de uma possível geografia em sua obra. As menções a Foucault se inscrevem no movimento de renovação da geografia brasileira a partir de fins dos 1970, sob influência da análise crítico-social e da teoria marxista.

Moraes (1987) nos lembra que a concepção estrita de território em Foucault aparece em

textos como “*Microfísica do poder*”, estando associada à arte ou saber de governar, a governamentalidade do Estado, aos estados territoriais e ao princípio da soberania. O território é parte do edifício de poder das sociedades de segurança, junto da população e seus problemas. “Esta se torna o objeto da Demografia, da Estatística e da Economia Política, que busca estabelecer as relações entre população e território” (Foucault, 1979, p. 282, apud Moraes, 1987, p. 134). Foucault abre também um viés analítico ao considerar que no espaço urbano de Paris do século XVIII o conceito de população, associado às noções de salubridade e meio, aparece como elemento para organizar o espaço urbano, sendo que a grande cidade passa a ser vista não somente como uma unidade territorial, mas como uma multiplicidade de territórios heterogêneos e poderes rivais. Nesse sentido, há que se pensar também em territórios na escala micro ou refletindo os micropoderes.

Em obra mais recente, analisando os impactos da leitura que se fez de Foucault e a disseminação de suas ideias, Moraes (2002) faz crítica ao antiestatismo radical dos anos de 1970 que encontrou na obra de Foucault (e sua busca em construir a questão do poder para além da ótica do Estado) um possível veículo de legitimação da proposta de Estado mínimo, contribuindo para passividade vista diante da desmontagem dos aparatos estatais durante os anos de 1990. No entanto, nos cursos dados no *Collè-*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

ge de France entre 1978-1979 (*Nascimento da biopolítica*), Foucault faz uma análise crítica e não contemplativa sobre a questão do exercício do poder público, da arte de governo sob o modelo do liberalismo e das tendências de fobia do Estado no neoliberalismo alemão e americano, considerando as teses sobre o decréscimo da governamentalidade estatal no século XX.

Evangelista (2014), em análise da aproximação epistemológica da geografia com a obra de Foucault, afirma que o filósofo chegou à geografia por acaso, através do panoptismo, com a experiência da vigilância integral, sendo uma invenção tecnológica na ordem do poder que foi aplicada em escolas, casernas e hospitais. O autor afirma que os espaços são territorializados na obra foucaultiana em três momentos possíveis: com a prisão em *Vigiar e Punir* (1975); com a clínica psiquiátrica em *Nascimento da Clínica* (1963); e com o controle sobre loucos dentro e fora das clínicas em *História da Loucura* (1961). Evangelista (2014) conclui, por fim, que talvez os geógrafos tenham buscado um projeto de totalidade na obra de Foucault que ele não almejou lograr em sua *episteme* arqueológica.

Bertha Becker, por sua vez, foi uma das pioneiras na geografia política a reconhecer uma interlocução com os estudos da genealogia do poder em Foucault e, mais precisamente, a tratá-lo como referência em sua análise sobre o território. Becker (2009, p. 34) retoma Foucault ao mencionar que o governo do

território aparece como “conjugação do verbo governar, seja como arte ou como saber, referindo-se às relações entre poder e território desde a antiguidade, suas formas variando através da História”. Desse modo, a governabilidade é um tipo de saber governamental e modelo de Estado-moderno vigente entre os séculos XVII e XX e que busca regular e controlar a população através de uma disciplina que se estabelece no coletivo por meio da análise da organização de objetos no espaço (*configuração territorial*). Becker também busca em Foucault uma das possíveis chaves interpretativas para compreender o que seria a gestão do território, ou seja, um conceito que integra elementos de administração de empresas e elementos governamentais.

Marcos Saquet (2015) é mais preciso ao ressaltar a importância de Foucault no aprofundamento da concepção de território em Claude Raffestin tendo por fundamento as relações de poder (variáveis, desiguais e multiformes) em perspectiva crítica, relacional e multidimensional. O estudo das territorialidades cotidianas, com base no entendimento do poder relacional e multidimensional (jogo complexo de relações econômicas, políticas e culturais no conjunto da sociedade) é também outro eixo agregador que desponta da leitura de Foucault. Saquet (2007, p. 33) assim esclarece a compreensão de Raffestin sobre Foucault:

Foucault não expandiu o campo do poder, ele simplesmente precisou e o limitou ao campo relacional que é o da comunicação e da troca. Foucault não afirmou que tudo é poder, mas que cada relação é poder.

Souza (1995, 201) também busca em Foucault certo apoio para explicar o território contemporâneo ou pós-moderno. Foucault é citado como um dos autores referência, junto de Paul Claval, Ratzel e Clausewitz, a precrustar a dimensão espacial do poder. Souza (2013) aponta em Foucault um caso de certa demonização do poder por ter tratado em sua obra, sobretudo, do aspecto negativo de poderes heterônomos na produção de disciplina e eficiência. Mesmo assim, Foucault se sobressai ao discernir poder e poder estatal.

Por fim, Rogério Haesbaert (2004, 2014) emerge como o geógrafo brasileiro atual que se detém mais profundamente sobre a obra foucaultiana para explicar a realidade territorial e buscar desvender, no jogo complexo das relações de poder, manifestadas por grupos, agentes e indivíduos dominados e dominantes, des-territorializados e re-territorializados. Logo na apresentação da obra “Viver no limite” (2014), Haesbaert lembra que Foucault foi um dos pensadores do século XX com maior sensibilidade para as questões espaciais, com predileção para a análise de espaços, territórios, esferas e sítios descontínuos, mas reais, como as bibliotecas, escolas, hospitais e prisões (Said, 2003, apud Haesbaert, 2014). A dimensão espacial da sociedade seria marcada pela simultaneidade e justaposição, consequências do momento histórico coetâneo do novo padrão tecnológico informacional.

Para tratar mais especificamente das características atuais

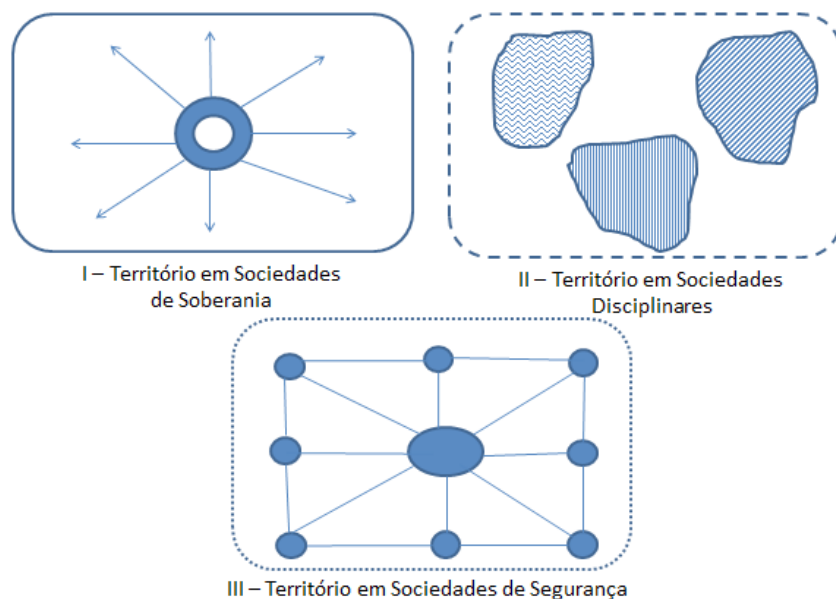
dos processos de domínio e apropriação espaciais - materiais e imateriais, que territorializam e des-re-territorializam agentes, grupos e processos-, Haesbaert (2014) se serve da concepção de biopolítica e biopoder e seus efeitos sociais e dimensões espaciais. Biopoder que não opera apenas no nível microfísico ou micropolítico, mas que aparece como elemento indispensável do capitalismo com base na “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e o ajustamento dos fenômenos da população, como a natalidade, mortalidade, fecundidade, envelhecimento, aos processos econômicos” (Foucault, 1985, p. 133 apud Haesbaert, 2014, p. 161). Biopolítica que atua em áreas de circulação e passagem através da regulamentação das populações e das massas em espaços multifuncionais e polivalentes.

Assim, a territorialização nas sociedades disciplinares, vigentes do século XVIII ao início do XX, seria a do território-zona, espaço contínuo ou estriado apoiado em instituições disciplinares, com modelagem fixa e limites claros, hierárquico e que delimita o público e o privado. Já, as sociedades de segurança constroem uma forma de território-rede, meio para Foucault e espaço livre da soberania imperial para Antonio Negri. Contém uma dinâmica espacial em redes flexíveis e com limites fluidos e móveis, com a privatização dos espaços que leva a não distinção entre público-privado e, à segregação. Nesse momento da governamentalidade biopolítica das

sociedades de segurança, aprofunda-se processos de contenção territorial e emergência de novos muros que separam territórios de exceção e de exclusão

marcados por processos de precarização territorial (**Figura 1**), como as favelas e morros dominados pelo narcotráfico no Rio de Janeiro (Haesbaert, 2014).

FIGURA 1: Modelo Territorial das Sociedades de soberania, disciplinares e de Segurança



Fonte: Baseado em Haesbaert (2014) e Foucault (2008).

Em suma, a territorialização das sociedades no modelo de soberania (séculos XV-XVIII) tem uma conotação jurídico-política, com poder centralizado de controle sobre fronteiras territoriais. No modelo de sociedade disciplinar (séculos XVIII ao XX) o poder fica fragmentado em instituições de controle/vigilância e na organização dos espaços de controle. E, no modelo de sociedade de segurança, com conotação demográfica e econômica, predomina a lógica da circularidade do poder sobre a população e o meio, em controle espacial não necessariamente contínuo (Haesbaert, 2014; Foucault, 2008).

Considerações finais

O presente texto buscou recuperar alguns excertos da obra do filósofo e pensador Michel Foucault que contribuíssem com a análise das dimensões espaciais do poder e dos aspectos concernentes à emergência de territórios e territorialidades. Longe da pretensão de construir uma obra geográfica, algo que fica claro em sua entrevista à revista *Hérodote*, de 1976, interpretações variadas reconhecerem em seus trabalhos uma possível geografia humana e política crítica, possivelmente pós-moderna (Soja, 1993; Philo, 1992).

Seu repertório amplo, que vai desde os estudos sobre a loucura e clínica nos anos 1960, passan-

do pela análise do poder e das instituições de controle e disciplina, nos anos de 1970, até chegar aos estudos sobre a sexualidade, entre 1970 e 1980, cruza pesquisas sobre formas discursivas e práticas sociais que reconhecem no espaço um elemento fundamental da organização da vida moderna. Na entrevista denominada “*O olho do poder*” Foucault propõe um necessário trabalho de se fazer uma história dos espaços que estudasse, ao mesmo tempo, uma história dos poderes “desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula, da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (Foucault, 2014, p. 322).

A compreensão geográfica, tanto interna quanto estrangeira, resgata pontos da obra foucaultiana em que o interesse pelo binômio espaço-poder se fez mais presente. Devido à sua militância e textos críticos e vanguardistas, o autor foi sendo aproximado da geografia acadêmica, sobretudo daquela geografia humana e geopolítica crítica e renovada dos anos de 1970. Autores dessa linha da

ciência se aprofundaram na leitura de Foucault para compreender a transição para uma dita geografia pós-moderna e que caminha de um espaço zonal de soberania e de tipo administrativo, para espaços menores de disciplina e controle estatal, confluindo para outros espaços, espaços reticulares de segurança em que governo se confunde com o mercado. Ainda que recaia sobre Foucault também um viés crítico e negativo de propor uma relativização do poder do Estado que leva à negação da política e assunção das pluri-identidades.

Assim, não há um território como obra consolidada em Michel Foucault, mas como conceito ou chave-explicativa da construção das relações de saber-poder na história. O que existem são espacialidades e territorialidades definidas pelo poder multidimensional e pluri-escalar em contextos históricos de sociedades de soberania, disciplinares e de segurança. Esse artigo, portanto, procurou demonstrar as razões de sua extensa obra ocupar posição relevante na construção de método nas pesquisas geográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. O governo do território. Parcerias Estratégicas, Brasília, SEA, v. 14, n. 28, jan./jun. 2009.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, v. 50, n. 2, número especial, p. 99-125, 1988.

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BUCKINGHAM, W, et al. O livro da filosofia. São Paulo:



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Globo, 2011.

CLAVAL, P. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CLAVAL, P. Epistemologia da geografia. 2. Ed. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

CRAMPTON, J.W.; ELDEN, S. Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography. Burlington-USA: Ashgate, 2007.

ELDEN, S. How should we do the history of territory? Territory, Politics, Governance, v.1, n.1, p. 5-20, 2013.

ELDEN, S. Land, terrain and territory. Progress in Human Geography, v. 6, n. 34, p. 799-817, 2010.

ELDEN, S. Rethinking governmentality. Political Geography, v. 26, p. 29-33, 2007.

EVANGELISTA, H. A. Michel Foucault e a Geografia. Revista Geo-paisagem, Ano 13, n. 25, jan./jun. de 2014.

FOUCAULT, M. História da loucura na Idade clássica. 9ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 28ª. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos (III): Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: História da violência nas prisões. 14ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, M. História da sexualidade (I): a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

CALDERON, P. Foucault por ele mesmo [Foucault par lui-même]. França: ARTE/BFC, 2003.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1989.

MATOS, O. C. F. Paris 1968: as barricadas do desejo. SP: Brasiliense, 1989.

MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

MORAES, A. C. R. Foucault e a geografia. In: TRONCA,

- I. A. (Org.), Foucault Vivo. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- PHILOS, C. Foucault's geography. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1992, v. 10, p.137-161, 1992.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. SP: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, C. Space, territory and territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 30, p. 121-141, 2012.
- SANTOS, M. Economia espacial: Críticas e alternativas. 2. Ed. SP: Edusp, 2003.
- SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. SP: Expressão popular, 2007.
- SAQUET, M. A. Por uma geografia das temporalidades e das territorialidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e desenvolvimento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVEIRA, M. L. Do espaço corporativo a um território da liberdade. Folha de São Paulo, Ilustrada, São Paulo, 04 de maio de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0405200213.htm>. Acesso em: 15/01/2018.
- SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOJA, E. Heterotopologies: a remember of the other spaces in Citadel-Los Angeles. In: WATSON, S. e GIBSON, K. (ed.). *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell, 1995, p. 13-34.
- SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2013.
- SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et al., *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- ZAMBRANO, C. Territoriosplurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 21, n. 1, p. 9-49. jan.-jul. 2001.